

Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Novembro, 2006

SUMÁRIO

Apresentação.....	3
1. Introdução e Sub-Programas Previstos.....	5
2. Descrição do Empreendimento.....	9
3. Detalhamento da Implantação do Programa.....	37
4. Ações Previstas no Sub-programa 1.....	43
5. Caracterização da Situação Atual.....	44
6. Marco Legal para a Avaliação Ambiental.....	60
7. Avaliação Ambiental Estratégica do Programa (AAE).....	65
8. Estabelecimento de Procedimentos Ambientais Operacionais.....	80
9. Impactos Ambientais Potenciais e Medidas Mitigadoras.....	93
10. Avaliação Ambiental Global do projeto.....	102
11. Programa de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental.....	107
12. Responsabilidade pelo programa.....	109
13. Responsabilidade Técnica pelo Relatório de Avaliação Ambiental..	110
14. Referências Bibliográficas.....	111
 Anexo A.....	 112
Anexo B.....	139
Anexo C.....	148
Anexo D.....	151

Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação Ambiental(RAA) do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, Brasil.

Objetivos Gerais do Programa:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Vitória, provendo melhores serviços públicos e infra-estruturais para grande parcela da população da cidade e a integração das favelas ao tecido urbano formal, com acesso à moradia digna e serviços públicos, com a redução do tempo dos deslocamentos e da melhoria dos serviços de transportes com melhor acessibilidade e mobilidade.
- Promover o desenvolvimento sustentável de áreas degradadas ou em processo de declínio.
- Permitir o acesso às oportunidades de emprego e de geração de renda à parcela excluída dos benefícios do novo ciclo de desenvolvimento econômico
- E ainda, incentivar o resgate histórico do centro, atuando em uma distribuição mais justa e ambientalmente equilibrada de moradias, incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável, tendo como base o turismo de visitação e de negócios e a melhoria e o resgate do comércio gerador de emprego e renda no setor de serviços.

Como objetivos específicos do Programa estão a promoção da melhoria da qualidade de vida e inclusão social, através de Subprogramas Estruturantes e o desenvolvimento de ações de base.

Estão previstos 3 (três) Subprogramas Estruturantes, ou seja :

- Subprograma 1 - Urbanização de Favelas - Projeto Terra
- Subprograma 2 - Revitalização do Centro
- Subprograma 3 – Macrodrenagem

Estão previstos 2 (dois) Subprogramas de ação de base:

- Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional
 1. Inclusão Digital – Rede Metrovix
 2. Apoio ao Programa de Transporte e Mobilidade Urbana
 3. Apoio as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM
- Subprograma 5 – Despesas Administrativas
 1. Apoio ao Gerenciamento Social

2. Instrumentalização da Administração Municipal incluindo apoio ao Gerenciamento do Programa e Supervisão de Obras.

O RAA elaborado objetivou a inserção da variável sócio-ambiental no Programa como um todo, procurando contribuir para sua sustentabilidade e sucesso.

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) realizada no RAA do Programa incluiu:

- A avaliação da sustentabilidade ambiental do Programa como um todo, a qual baseou-se na verificação da conformidade de suas diretrizes políticas e objetivos com as políticas públicas sócio-ambientais e urbanas federais, estaduais e municipais.
- A definição da área de influência do Programa e do diagnóstico de seu contexto sócio-ambiental, objetivando a análise dos benefícios esperados para a qualidade sócio-ambiental do município.
- A avaliação da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos individuais em relação à verificação da conformidade dos empreendimentos do Programa aos “macro planos ou planos diretores” setoriais aos quais se vinculam (saneamento, transportes etc.).
- A avaliação da capacidade institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) em garantir a sustentabilidade dos procedimentos ambientais operacionais do Programa preconizados pelo RAA, isto é, garantir a permanência/manutenção de benefícios ambientais esperados, assim como de prevenção e correção de desvios (impactos adversos).

Neste relatório são também analisados possíveis impactos ambientais específicos a serem gerados pela implantação das intervenções propostas pelo Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória, nas fases de planejamento, implantação e operação, dos empreendimentos propostos, considerando cada componente. São apresentadas medidas mitigadoras para os impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos resultantes da implantação do Programa.

Grande parte dos impactos negativos está relacionada com a execução de obras, sendo abrangências locais e de curta duração, durante as intervenções físicas. Os impactos de maior magnitude são positivos e trarão benefícios à saúde e à qualidade de vida da população.

Conclui-se pela sustentabilidade ambiental dos empreendimentos individuais e pela capacidade institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) em garantir a sustentabilidade dos procedimentos ambientais operacionais do Programa, considerando o previsto apoio ao seu fortalecimento institucional.

Conclui-se pela viabilidade e sustentabilidade ambiental do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória, como um todo, considerando a implementação das medidas mitigadoras e potencializadoras propostas.

1. INTRODUÇÃO E SUB-PROGRAMAS PREVISTOS

O Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano pretende, fundamentalmente, solucionar ou minimizar diversas questões comprometedoras da qualidade de vida da população do município de Vitória.

Grande parte dos problemas no Município surgiu durante a mudança do modelo econômico de rural-agro-exportador para urbano-industrial-exportador, com esvaziamento econômico e populacional do interior, concentração de investimentos na Grande Vitória, inchaço populacional e concentração da pobreza na região e desigualdade na aplicação dos investimentos em infra-estrutura, contribuindo para a elitização de parte do território.

Dentre os principais problemas decorrentes, podem ser citados:

1. Ocupação do espaço urbano de forma desordenada;
2. Crescimento populacional não se distribui de forma uniforme;
3. Carência de infra-estrutura urbana em grandes áreas da cidade;
4. Saturação do sistema viário;
5. Esvaziamento populacional e econômico do centro.
6. Desvalorização comercial do centro.

1.1. Urbanização de bairros e favelas (áreas de habitações sub-normais)

O Município de Vitória, principalmente a Ilha, possui configuração geográfica fortemente ondulada, de maciços graníticos, acentuada declividade e afloramentos rochosos recobertos originalmente por vegetação típica de encostas da Serra do Mar com fragmentos da Mata Atlântica.

Nas décadas de 60 e 70 – inicialmente caracterizados como o período de maior fluxo migratório - as encostas e os manguezais foram intensa e desordenadamente ocupados. Com uma dinâmica de menor escala, este processo perdura até hoje nas áreas de declividade ondulada.

A declividade acentuada das áreas de encostas, aliada à retirada da cobertura vegetal para dar lugar às ocupações humanas desordenadas, resultou em processos contínuos de erosão, gerando consequências gravíssimas, tais como: deslizamentos de terra e fragmentos rochosos e acúmulo de lixo, colocando em risco a população residente.

Já nas regiões localizadas ao nível do mar, as áreas são afetadas por transbordamentos e enchentes causadas pelo entupimento das galerias pluviais.

A ocupação desordenada ocasionou muita dificuldade na implantação de acessos adequados e de infra-estrutura e saneamento básico.

A forma espontânea de parcelamento do solo não destinou ao Poder Público áreas necessárias à localização de equipamentos comunitários ou mesmo ao

dimensionamento correto dos acessos e de infra-estrutura, dificultando a sua implantação ou melhoria.

Vitória ainda tem bolsões de pobreza e de urbanização desordenada concentrados em vários morros onde residem cerca de 85 mil habitantes (censo 2000), ou seja, 29% da população do município, com renda familiar média, (Censo 2000) de R\$ 511,96 (1,71SM).

Estas áreas são carentes de condições mínimas de habitabilidade, necessitando das seguintes ações para requalificação do espaço: ordenamento do sistema viário, drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, melhorias habitacionais, remoção/reassentamento de famílias situadas em áreas de risco destinadas a preservação, ambiental, equipamentos públicos, e outras, além de ações de desenvolvimento comunitário que contribuam para a sustentação desta população nos espaços requalificados, por meio de políticas sociais que tenham como referência a geração de renda, a relação do homem com o meio ambiente e a promoção humana.

1.2. Revitalização do centro de Vitória

Nas últimas décadas, Vitória passou por um processo de verticalização acelerado, sendo que alguns bairros receberam significativos investimentos públicos e privados. Foi dotada de sistema viário adequado e de outras formas de infra-estrutura e serviços, ocasionando, por outro lado, visíveis sinais de degradação e um processo de desvalorização do Centro. Devido à sua conformação topográfica e à sua posição central, em relação aos demais municípios da Grande Vitória, a parte baixa do Centro torna-se "corredor de passagem". O adensamento do trânsito e do tráfego e o aumento da poluição, aliados à insegurança e à falta de espaço para sua expansão, acarretaram a deterioração da qualidade de vida e a conseqüente fuga de parte da população residente no centro.

A área possui bens integrantes do patrimônio histórico nacional e estadual, além de um acervo de valor patrimonial subtilizado, apresentando processo de degradação física relativa ao ambiente construído em sítios de valor histórico e da infra-estrutura instalada, apesar de já existirem algumas iniciativas, tanto públicas quanto privadas, tentando reverter este processo.

1.3 Macrodrenagem

- ***Implantação da estação de bombeamento de águas pluviais na Rua Cândido Portinari.***

A prioridade foi estabelecida em função de motivações técnicas e de desenvolvimento econômico e social, do Município de Vitória, cujas características, sucintas, estão descritas abaixo:

Motivações técnicas: Ocorrência de enchentes, com efeitos agravados pela configuração topográfica peculiar do município, uma vez que grande parte do mesmo é constituída por ilhas com relevo bastante acidentado e partes planas com cotas de altitude bem próximas ao nível do mar.

A estação de bombeamento, localizada topograficamente na parte mais baixa da sub-bacia de Maruípe, reduziria os problemas das enchentes em cerca de 28% da área urbanizável da Ilha de Vitória.

Juntamente com o plano diretor de drenagem urbana, em fase de contratação pelo município, é considerada como ação estruturante imprescindível de ser implantada em curto prazo.

Motivações de desenvolvimento econômico: Importantes empreendimentos estão sendo implantados no Município de Vitória e adjacências, tais como ampliação do aeroporto, da Companhia Siderúrgica Tubarão, da Companhia Vale do Rio Doce e da rede hoteleira, implantação de unidades de negócios e operacional da Petrobrás, além de várias outras empresas.

Ressaltam-se também os investimentos em implantação de sistemas de esgotamento sanitário que acarretarão melhorias nas condições de balneabilidade de nossas praias que, certamente, incrementarão o turismo local.

Neste contexto, esta elevatória reduzirá o risco de comprometimento operacional dos empreendimentos citados.

Motivações sociais: Os prejuízos econômicos, causados principalmente à população residente nas áreas mais desfavoráveis, vêm ao longo dos anos acarretando crescente revolta popular dos munícipes.

Este efeito é agravado pela exposição ao risco de saúde pública que situações de enchentes sempre acarretam.

Motivações urbanísticas: Os periódicos alagamentos comprometem a operação do sistema de transporte coletivo e a circulação viária, amplificando as conseqüências e os impactos sobre grande parcela da população da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Galerias:

Bairro Santa Luiza – Rua José Farias – Trecho 1:

A contribuição da bacia formada pelos Bairros Santa Luiza, Itararé, parte da Praia do Canto, parte de Maruípe – e avenidas importantes como Leitão da Silva e Nossa Senhora da Penha -, poderá ser captada na sua totalidade pela drenagem a ser construída no trecho da rua José Faria, entre Avenida Leitão da Silva e Avenida Nossa Senhora da Penha, no Bairro Santa Luiza.

A drenagem existente representa obra antiga que hoje não tem capacidade de escoamento dos efluentes que recebe, causando, mesmo com chuvas de média precipitação, alagamentos em diversos bairros.

Bairro Santa Luiza – Rua Cândido Portinari e José Farias- Trecho 2:

A bacia hidrográfica da parte Norte da Ilha de Vitória, com 4,5 milhões de metros quadrados, escoar suas águas por intermédio das galerias da Rua Cândido Portinari e parte da Rua José Farias, entre a Avenida Nossa Senhora da Penha e a foz, no Canal

da Passagem, no bairro Santa Luiza, sendo um importante trecho de escoamento das águas pluviais da maior bacia de drenagem do Município de Vitória.

Com o crescimento populacional desta área, resultante da urbanização ocorrida nos últimos 10 anos, a rede de drenagem foi ampliada, acarretando uma super utilização do sistema existente, mesmo assim tornando-o insuficiente, sem capacidade de escoamento e ocasionando, inclusive nas chuvas de média precipitação, alagamentos e inundações em diversos bairros – Santa Luiza, Itararé, Praia do Canto (parte), Maruípe (parte) – além do comprometimento do tráfego de avenidas e importantes corredores de transporte coletivo.

1.4. Fortalecimento Institucional

Objetiva atender à necessidade de constante melhoria/modernização dos processos e instrumentos de gestão e controle dos serviços prestados pelo Município, como forma de maximizar os resultados a toda a população.

1.5. Despesas Administrativas

Visa atender às demandas administrativas decorrentes da execução do projeto.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1. Sub-programa 1 – Urbanização de Favelas – Projeto Terra

2.1.1. Objetivo Geral

Desenvolver o processo de inclusão social, promoção humana e a melhoria da qualidade de vida integrando a população alvo à cidade, promovendo a integração esporte/cultura/profissionalização.

2.1.2. Poligonais

As áreas de alcance do Projeto Terra foram definidas tendo como parâmetro a ocupação irregular, considerando os critérios de grau de carência em infra-estrutura, grau de risco e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade. Tabela 1 mostra a relação de bairros e comunidades por poligonal do Projeto Terra.

Tabela 1 - Relação de bairros e comunidades por poligonal do Projeto Terra.

Poligonal	Bairro (Lei Municipal nº 6.077/2003)	Comunidade	Domicílios	População
P1	Consolação, São Benedito, Itararé, Bonfim e Penha.	Jaburu, Constantino, Floresta e Engenharia.	8.272	31.223
P2	Forte São João, Cruzamento e Romão.	Morro de Jucutuquara	2.046	7.672
P3	Piedade, Fonte Grande, Moscoso e Santa Clara	Capixaba	983	3.625
P4		Santa Helena, São José.	358	1.274
P5	Jesus de Nazareth		821	3.285
P6	Ilha do Príncipe		771	2.539
P7	Quadro, Cabral e Caratoira.	Alagoano	2.802	10.177
P8	Santo Antônio, Inhanguetá e Bela Vista.	Pedra do Bode	2.049	7.383
P9	Condusa, Santos Reis.		448	1.701
P10	Conquista	Alta Resistência	604	2.287
P11	Joana D'Arc, Andorinhas e Santa Martha.	Mangue Seco	1.261	4.492
P12	Ilha das Caieiras		408	1.553
P13	Maria Ortiz		447	1.548
P14	Tabuazeiro	Morro do Macaco	1.327	4.785
P15	Ilha de Santa Maria		253	847
TOTAL	30	12	22.850	84.391

A Tabela 2 apresenta dados populacionais das poligonais do Projeto Terra, de acordo com o Censo de 2000.

Tabela 2- Dados Populacionais (Censo 2000)

POLIGONAL	POPULAÇÃO	% SOBRE A POP. TOTAL POLIGONAIS	POPULAÇÃO POR GÊNERO			
			POP. TOTAL FEMININA	%	POP. TOTAL MASCULINA	%
Poligonal 1	31.223	37,00	16.230	51,98	14.993	48,02
Poligonal 2	7.672	9,09	3.954	51,54	3.718	48,46
Poligonal 3	3.625	4,30	1.890	52,14	1.735	47,86
Poligonal 4	1.274	1,51	663	52,04	611	47,96
Poligonal 5	3.285	3,89	1.617	49,22	1.668	50,78
Poligonal 6	2.539	3,01	1.342	52,86	1.197	47,14
Poligonal 7	10.177	12,06	5.366	52,73	4.811	47,27
Poligonal 8	7.383	8,75	3.907	52,92	3.476	47,08
Poligonal 9	1.701	2,02	880	51,73	821	48,27
Poligonal 10	2.287	2,71	1.142	49,93	1.145	50,07
Poligonal 11	4.492	5,32	2.315	51,54	2.177	48,46
Poligonal 12	1.553	1,84	768	49,45	785	50,55
Poligonal 13	1.548	1,83	804	51,94	744	48,06
Poligonal 14	4.785	5,67	2.426	50,70	2.359	49,30
Poligonal 15	847	1,00	445	52,54	402	47,46
Total Poligonais	84.391	-	43.749	-	40.642	-
Total Vitória	292.304	-		-		-

Fonte: IBGE/ Censo 2000 – SEDEC/DIT/INF

Dados das Poligonais

- 69% das famílias nas Poligonais possuem renda até 3 salários mínimos;
- Chefe de famílias: 66% homens e 34% mulheres
- 22.850 domicílio nas Poligonais
- Total de 30 bairros e 12 comunidades nas Poligonais

2.1.3. Seleção e priorização das poligonais e itens elegíveis

Diretrizes

- Concluir as intervenções no maior número possível de Poligonais.
- Caso não seja possível a conclusão em todas as áreas previstas, trabalhar com a prioridade nos temas: eliminação das áreas de risco e saneamento básico, por envolverem de forma direta a integridade física das pessoas.

Pessupostos

- De acordo com a metodologia do Programa Projeto Terra, para se iniciar as obras é necessário que já tenham se desenvolvido na seqüência: Diagnósticos; Plano de Intervenção; Planos e Projetos Sociais (Plano de Apoio ao Desenvolvimento Social) e Urbanísticos (Projetos Básico, Executivo e orçamento) para a área de intervenção.
- A regularização fundiária é um processo complexo, que envolve uma série de atores e ações, que muitas vezes escapam da governabilidade do município, principalmente quando se trata de áreas cuja posse não é do município. Assim, em áreas cujo domínio é da União, do Estado ou de particulares, apesar de já estarem definidos os instrumentos pelos quais é possível realizar sua regularização e titulação, o município tem com estimar, mas não precisar, os prazos de conclusão do processo.

- Portanto, é preciso que a definição de quais itens elegíveis entrarão em cada uma das poligonais hierarquizadas com critérios de priorização, bem como as metas que serão aplicadas, sejam diferenciados de acordo com a realidade e a situação de cada uma. Por exemplo: nas poligonais em que o traçado viário já está definido, é possível se priorizar os itens de solução do saneamento básico de acordo com a diretriz estabelecida, o que não é possível para as que não possuem traçado viário definido.

Metodologia

A metodologia adotada para a seleção das poligonais que entram no Programa Pró-Cidades do BID foi a de construção de uma Matriz de Decisão com pontuação e pesos estabelecidos para critérios definidos de acordo com os objetivos do Projeto Terra e as diretrizes do Programa Pró-Cidades.

Foram definidos dois tipos de Critérios: o primeiro relacionado com a elegibilidade das poligonais que entrarão no Programa, que consideram as condições de precariedade e segurança de cada área; o segundo à priorização das poligonais, relacionado aos prazos e facilidade de execução das ações.

Preenchida a Matriz de Decisão, passa-se à definição dos itens elegíveis que entrarão em cada uma das poligonais hierarquizadas e com quais metas, a partir do cruzamento da disponibilidade de recursos e as diretrizes e os pressupostos estabelecidos.

Critérios da matriz de decisão

Os critérios de seleção definem a elegibilidade das Poligonais, ou seja, delimita quais Poligonais estarão incluídas no Programa Pró-Cidades- BID. Os critérios foram definidos segundo dois parâmetros:

- O nível de precariedade em relação às condições de salubridade, habitabilidade e segurança
- Incluir as intervenções no maior número possível de Poligonais, dando prioridade àquelas que já tiveram o processo de intervenção iniciado.

Assim, foram estabelecidos 3 critérios: Risco à Vida e Índice de Qualidade de Vida Urbana, relacionados ao primeiro parâmetro, e Continuidade das Ações, relacionado ao segundo, estes definidos a seguir:

1º Critério – Risco à Vida

O critério é estabelecido sob a ótica de garantia da vida, a partir da probabilidade de risco existente nas poligonais de acordo com a classificação estabelecida pelo Município, através do Projeto de Mapeamento das Áreas de Risco das Encostas do Município de Vitória, denominado Projeto Mapenco.

Estabeleceu-se um fator de risco que é dado pela proporção entre o número de domicílios localizados em área de alto risco e número total de domicílios da polygonal.

A pontuação foi definida da seguinte forma:

- Poligonais com fatores de risco entre 0,46 e 0,60: 4 pontos;
- Poligonais com fatores de risco entre 0,31 e 0,45: 3 pontos;

- Poligonais com fatores de risco entre 0,16 e 0,30: 2 pontos;
- Poligonais com fatores de risco entre 0,01 e 0,15: 1 ponto.

A Tabela 3 mostra as pontuações obtidas pelas poligonais.

Tabela 3 – Pontuação relativa ao risco à vida

POLIGONAL	TOTAL DE DONÍNIOS NA POLIGONAL	DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE ALTO RISCO	ÍNDICE (DOMICÍLIOS EM ALTO RISCO/TOTAL DE DOMICÍLIOS)	PONTOS
5	821		0	1
6	771		0	
11	1261		0	
13	447		0	
12	408		0	
15	253		0	
4	358	3	0,01	
14	1327	78	0,06	
8	2049	219	0,11	
9	448	69	0,15	
1	8272	1334	0,16	
7	2802	526	0,19	
				2
3	983	189	0,19	
2	2046	455	0,22	
10	604	259	0,43	

Nota: Este quantitativo de domicílios, feito com referência na Base Cartográfica do município, levantado pela ferramenta de Geoprocessamento ArcView, não corresponde aos valores unitários, mas foi adotado apenas como referência para construção do índice.

2º Critério – Índice de Qualidade de Vida Urbana

O Índice de Qualidade Urbana (IQU) foi desenvolvido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos¹ (IPP), do município do Rio de Janeiro, e é estabelecido a partir de dados provenientes do censo universo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IQU caracteriza-se por ser um indicador composto, ou seja, é o resultado da composição de outros indicadores simples. Divide-se em quatro dimensões e é formado por onze indicadores, a saber:

- Dimensão Educacional: nível de escolaridade;
- Dimensão Renda: concentração e desigualdade;

¹ Autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. É órgão de planejamento urbano e uma agência municipal na área de processamento de informações geográficas e estatísticas.

- Dimensão Ambiental: infra-estrutura de serviços urbanos;
- Dimensão Habitacional: conforto.

O critério é estabelecido, sob a ótica da qualidade de vida existente, de acordo com o índice de qualidade de vida urbana de cada poligonal. A pontuação foi definida da seguinte forma:

- Para poligonais com índices entre 0,01 e 0,25: 4 pontos;
- Poligonais com índices entre 0,26 e 0,50: 3 pontos;
- Poligonais com índices entre 0,51 e 0,75: 2 pontos;
- Poligonais com índices entre 0,76 e 1,00: 1 ponto.
-

A Tabela 4 mostra a pontuação relativo ao Índice de Qualidade de Vida Urbana.

Tabela 4 - Ranking IQU (2000)

POLIGONAIS	IQU MÉDIO	PONTOS
Poligonal 15	0,87	1
Poligonal 06	0,83	1
Poligonal 14	0,82	1
Poligonal 04	0,79	1
Poligonal 03	0,78	1
Poligonal 13	0,76	1
Poligonal 08	0,71	2
Poligonal 02	0,69	2
Poligonal 11	0,69	2
Poligonal 07	0,67	2
Poligonal 01	0,57	2
Poligonal 09	0,53	2
Poligonal 05	0,43	3
Poligonal 12	0,38	3
Poligonal 10	0,04	4
IQU médio	0,64	

3º Critério –Continuidade das Ações

O critério é estabelecido, sob a ótica da importância da continuidade das ações, de acordo com a forma atual de atuação do Poder Público Municipal em cada Poligonal. A pontuação foi definida da seguinte forma:

- Poligonais em que já foram iniciados obras físicas e trabalho social: 4 pontos;
- Poligonais em que foi iniciado apenas o trabalho social: 3 pontos;
- Poligonais nas quais foram realizados trabalhos fora do Projeto Terra, mas relacionados com os objetivos do mesmo: 2 pontos;
- Poligonais que tenham trabalho da PMV sem relação direta com os objetivos do Projeto Terra: 1 ponto.

Pesos

Os pesos foram definidos de acordo com a importância de cada critério para alcançar os objetivos do Projeto Terra, atingindo um somatório total de 10 pontos. A saber:

- 1º Critério – Risco à Vida: peso 4,5.
- 2º Critério – Índice de Qualidade de Vida Urbana: peso 3,5.
- 3º Critério – Fator de Continuidade: peso 2.

Resultado - matriz de decisão

Após aplicação dos critérios de seleção, chegou-se ao resultado, apresentado na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5– Matriz de Decisão

POLIGONAL	CRITÉRIO			TOTAL DE PONTOS
	RISCO À VIDA	IQU (2000)	FATOR DE CONTINUIDADE	
	PESO 4,5	PESO 3,5	PESO 1,5	
10	18	14	8	40
2	13,5	7	8	28,5
1	9	7	8	24
3	13,5	3,5	8	25
12	4,5	10,5	8	23
5	4,5	10,5	8	23
7	9	7	4	20
9	9	7	4	20
8	4,5	7	8	19,5
11	4,5	7	8	19,5
4	4,5	3,5	8	16
14	4,5	3,5	4	12
06 - fora	4,5	3,5	4	12
13 - fora	4,5	3,5	4	12
15 - fora	4,5	3,5	4	12

Critérios de priorização das poligonais

Os critérios de priorização definem a ordem de ação nas Poligonais, ou seja, em quais Poligonais irá se intervir primeiro. Em virtude do prazo de execução de quatro anos determinado para o Programa Pró-Cidades, é necessária agilidade nas intervenções, garantindo a execução de um cronograma bem distribuído ao longo do prazo total.

Assim, foi decidido começar a atuação nas Poligonais com menores entraves à execução das intervenções previstas. Foram identificados como principais gargalos para a execução e conclusão das intervenções dois pontos:

A existência ou possibilidade de desenvolvimento de projetos a tempo de licitar, contratar e executar as obras no prazo do programa.

A questão da Regularização Fundiária, cujo prazo de conclusão muitas vezes foge ao controle do município, por se tratarem de áreas de terceiros (públicas ou particulares).

1º Critério - Situação de Projetos Básicos

O critério é estabelecido, sob a ótica do prazo do Programa Pró-Cidades, considerando a situação dos projetos: a contratar, em elaboração e concluídos. A pontuação foi definida da seguinte forma:

Poligonais que já possuem Projetos Básicos: 4 pontos;

Poligonais cujos Projetos Básicos já foram contratados e que têm previsão de conclusão em período de até 4 meses: 3 pontos;

Poligonais cujos Projetos Básicos já foram contratados e que têm previsão de conclusão em período superior a 4 meses: 2 pontos;

Poligonais nas quais existe a previsão de contratar os projetos no mesmo ano: 1 ponto;

Poligonais nas quais não existe a previsão de contratação de projetos: 0 pontos.

2º Critério - Situação do Domínio Fundiário da Área

Diante da dificuldade do município em precisar e garantir os prazos de execução no processo de Regularização Fundiária em áreas que não sejam de sua propriedade, foi decidido definir este critério de modo a se iniciar os trabalhos nas áreas onde o município tem maior governabilidade do processo: inicialmente nas áreas do município, depois nas áreas do Estado e da União e por último em áreas de particulares.

Visto que grande parte das poligonais poderá apresentar mais de um domínio, para efeito de enquadramento no critério, foram considerados domínio de um único tipo aqueles que forem superiores a 80%. Nos demais casos, foi considerado o enquadramento na pior condição, com percentual superior a 20%.

Poligonais que estejam inseridas em áreas cuja propriedade seja do Município: 4 pontos;

Poligonais que estejam inseridas em áreas cuja propriedade seja do Estado: 2 pontos;

Poligonais que estejam inseridas em áreas cuja propriedade seja da União: 2 pontos;

Poligonais que estejam inseridas em áreas cuja propriedade seja de Particulares: 1 ponto;

Poligonais cujo diagnóstico fundiário ainda não esteja definido: 1 ponto.

Pesos

Do mesmo modo que nos critérios de seleção a somatória dos pesos totaliza 10 pontos. Visto que a Regularização Fundiária pode provocar maiores entraves na finalização das intervenções, dependendo do domínio em que se encontram as áreas e que a concentração de projetos é uma atividade fácil de se determinar e controlar os prazos foi procedida a distribuição dos pesos da seguinte forma:

1º Critério - Situação de Projetos Básicos: peso 4.

2º Critério - Situação do Domínio Fundiário da Área: peso 6.

Resultado - priorização

Após a aplicação dos critérios de priorização, chegou-se aos resultados apresentados na Tabela 6:

Tabela 6- Resultado da priorização

	POLIGONAIS	CRITERIOS DE PRIORIZAÇÃO		TOTAL	RANKING
		SITUAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS	SITUAÇÃO DO DOMÍNIO FUNDIÁRIO DA ÁREA		
AMOSTRA	1	16	24	40	1º
Poligonais a serem atendidas com obras	8	12	12	24	2º
	12	12	12	24	3º
	5	8	12	20	4º
	4	8	12	20	5º
	11	8	12	20	6º
	10	12	6	18	7º
	3	12	6	18	8º
	2	8	6	14	9º
Poligonais a serem atendidas com Projetos	9	4	6	10	10º
	14	4	6	10	11º
	7	0	6	6	12º

Itens elegíveis

A atuação do programa nas Poligonais hierarquizadas poderá acontecer dentro dos seguintes componentes listados na Tabela 7:

Tabela 7 – Itens elegíveis

1. HABITAÇÃO
1.1. Reassentamento das famílias que se encontram em situação de risco geológico ou intervenção urbanística
1.2. Construção de Módulos Sanitários domiciliares
1.3. Melhorias Habitacionais
2. URBANIZAÇÃO
2.1. Abastecimento de Água
2.1.1. Rede
2.1.2. Ligações Domiciliares
2.1.3. Reservatório
2.1.4. Adutoras
2.1.5. Estação Elevatória Água Tratada (EEAT)
2.2. Esgotamento Sanitário
2.2.1. Rede
2.2.2. Ligações Domiciliares
2.2.3. Estação Elevatória de Esgoto (EEE)
2.2.4. Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)
2.3 Drenagem
2.3.1. Galerias e Caixa de Drenagem
2.3.2. Rede
2.4 Pavimentação/Obras Viárias
2.4.1. Abertura de Vias
2.4.2. Escadarias/Becos
2.4.3. Construção de Estação de Transbordo
2.5 Iluminação Pública
2.6 Contenção
3. EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
3.1. Escolas
3.2. Unidades de Saúde
3.3. Parques, Praças e Jardins
3.4. Píer, Deck's
4. TRABALHO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
4.1. Educação sanitária e ambiental
4.2. Capacitação laboral e estímulo à criação de grupos produtivos
4.3. Cursos e eventos visando a promoção de cidadania e a cultura da paz
4.4. Capacitação de mulheres e jovens
4.5. Contratação de empresa para apoiar o gerenciamento social
5. PROJETOS
6. PROTEÇÃO AMBIENTAL
6.1. Reflorestamento
6.2. Demarcação/Sinalização das áreas de interesse ambiental
7. DESAPROPRIAÇÕES
8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Definição dos itens elegíveis por poligonal

Diante das questões postas nas diretrizes e pressupostos apresentados neste documento, a partir da análise do quadro classificatório da Matriz de Decisão, considerando os recursos pré-aprovados, optou-se pela seguinte proposição:

I. Poligonais nas quais pretende-se a conclusão da totalidade das intervenções necessárias e desse modo, serão contemplados com todos os componentes:

- P1 – Jaburu*
- P2 - São João, Cruzamento e Romão;
- P3 - Piedade, Fonte Grande, Moscoso, Santa Clara e Capixaba;
- P4 - São José e Santa Helena;
- P5 - Jesus de Nazareth;
- P8 - Santo Antônio e Bela Vista;
- P10 - Conquista;
- P11 - Joana D’Arc, Andorinhas e Santa Martha;
- P 12 - Ilhas das Caieiras.

*Parte da Poligonal 1 será atendida pelo Programa Habitar Brasil BID (Morro de São Benedito), assim como no PROCIDADES será contemplada apenas a região do Morro do Jaburu.

II. Poligonais nas quais há previsão de intervenção dentro do Programa Habitar Brasil/BID e que, portanto, não serão atendidas pelo PROCIDADES.

- P1 – São Benedito.
- P11 – Joana D’arc, Andorinhas e Santa Marta

III. Poligonais que não dispõem de projetos prontos ou passíveis de execução em tempo hábil, nas quais entrarão apenas os componentes de contratação de projetos e contenção de encosta:

- P7 – Alagoano, Quadro, Cabral, Bananal e Alto Caratoíra;
- P9 – Condusa;
- P14 – Morro do Macaco, Tabuazeiro.

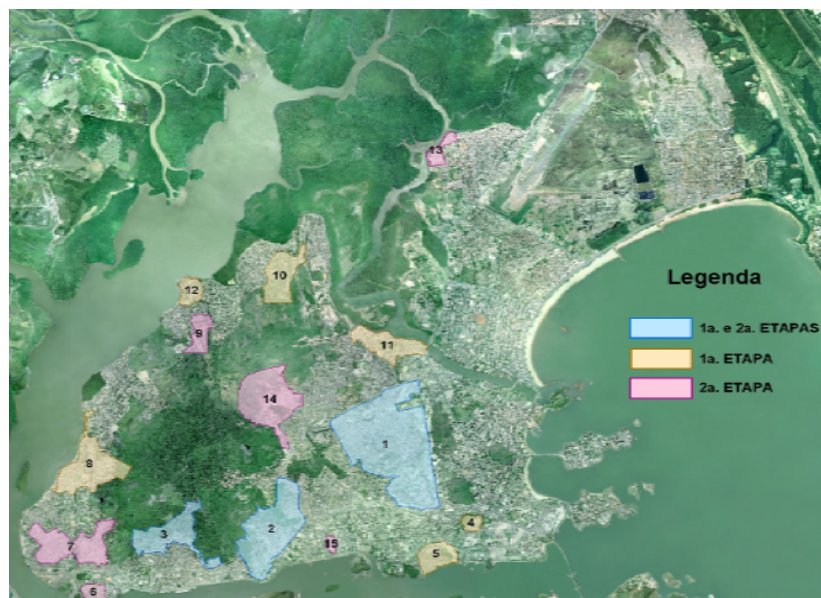
IV. Poligonais que apresentam o menor nível de precariedade, sendo atendidas por outros programas do município e que não entrarão no programa. ão apenas pela classificação na matriz de seleção mas, principalmente, pelo processo de reavaliação da permanência das mesmas no Projeto Terra:

- P6 – Ilha do Príncipe
- P13 – Maria Ortiz;
- P15 – Ilhas de Santa Maria e Monte Belo.

2.1.4 Características de Poligonais Selecionadas

As áreas de intervenção do Projeto Terra foram definidas tendo como parâmetro a ocupação irregular, considerando os critérios de grau de carência em infra-estrutura, grau de risco e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade. A Figura 1 mostra a localização das poligonais.

Figura 1- Localização das Poligonais



• **Poligonal 1/Jaburu**

- Bairros/Comunidades: Jaburu e Floresta
- Área: 353.574m²
- População: 5.237 habitantes (1.335 famílias)
- Renda Média Familiar: 1 a 3 salários mínimos
- Famílias removidas: AIA 79 famílias; Área de Risco 17; Interferência Viária 26

Figura 2 - Foto Aérea da Poligonal 1

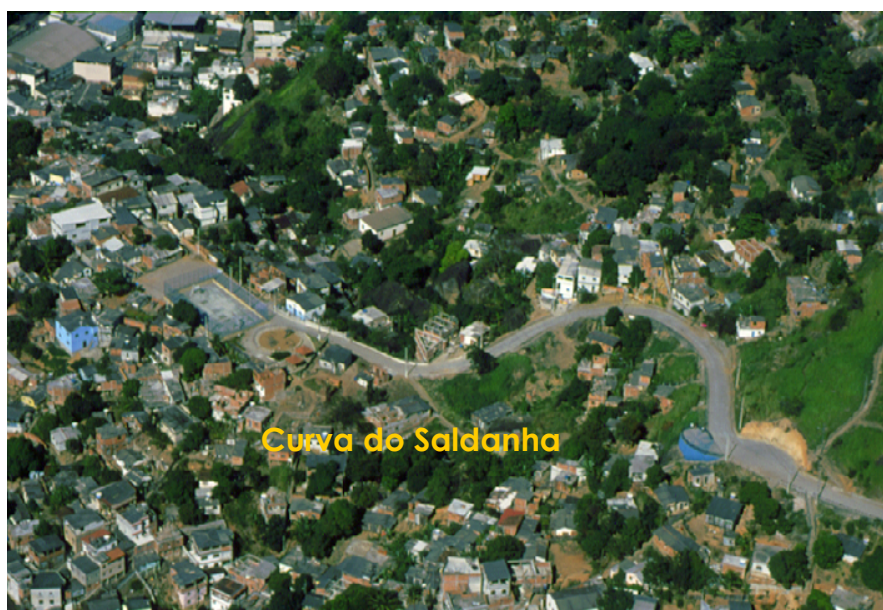


- **Poligonal 2**
- Bairros/ Comunidades: Romão, Cruzamento e Forte São João e Morro de Jucutuquara
- Área: 803.123m²
- População: 7.672 habitantes (2046 famílias)
- Renda Média Familiar: 1 a 3 salários mínimos
- Famílias removidas: AIA famílias; Área de Risco; Interferência Viária

Figura 3 – Foto Aérea da Poligonal 2



Figura 4 – Vista do Acesso na Poligonal 2



- **Poligonal 3**
- Bairros/Comunidades Capixaba, Piedade, Moscoso, Fonte Grande e Santa Clara.
- Área: 524.203,65m²
- População: 3.625 habitantes (983 famílias)
- Renda Média Familiar: 1 a 4 salários mínimos

Figura 5 – Foto Aérea da Poligonal 3

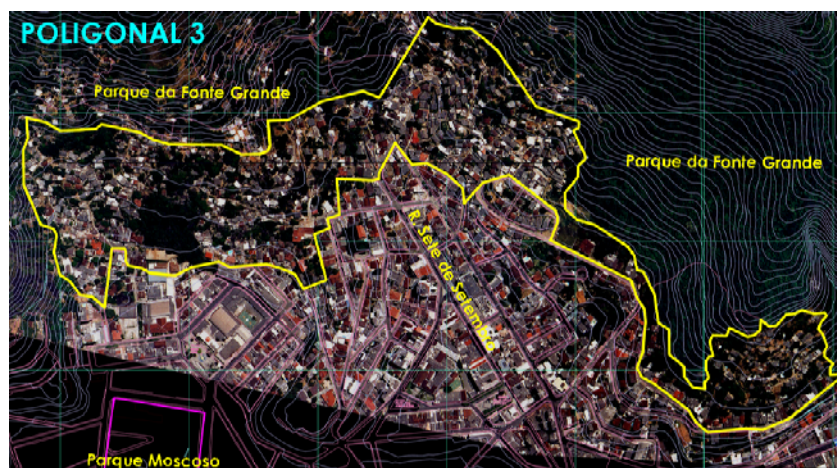
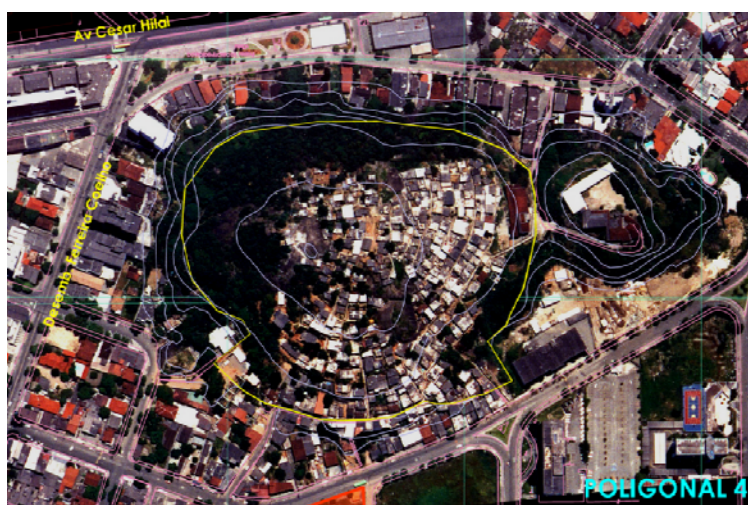


Figura 6 – Vista da Poligonal 3



- **Poligonal 4**
- Bairros/Comunidades: Santa Helena e São José.
- Área: 63.843,60m²
- População: 1.274 habitantes (358 famílias)
- Renda Média Familiar: 1 a 3 salários mínimos

Figura 7 - Foto Aérea da Poligonal 4



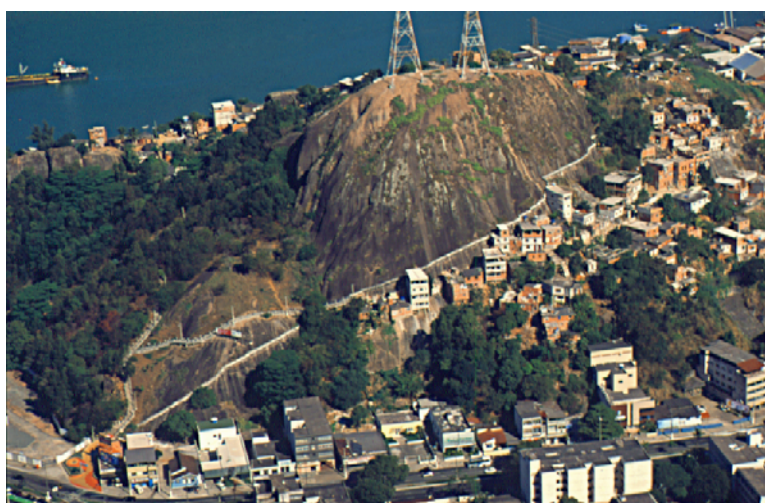
- **Poligonal 5**

- Bairro/Comunidade: Jesus de Nazareth
- Área: 247.430m²
- População: 3.285 habitantes (821 famílias)
- Renda Média Familiar: 0 a 2 salários mínimos

Figura 9 – Foto Aérea da Poligonal 5



Figura 10 – Vista da Poligonal 5



- **Poligonal 8**

- Bairros/Comunidades: Santo Antônio, Bela Vista, Inhanguetá, Pedra do Bode
- Área: 534.738,46m²
- População: 7.383 habitantes (2.049 famílias)
- Renda Média Familiar: 0 a 2 salários mínimos
- 157 famílias reassentadas
- 14 famílias em palafitas a serem reassentadas
- 26 em AIA (a ser definida a remoção)

Figura 11- Foto Aérea da Poligonal 8



Figura 12- Vista da Poligonal 8



- **Poligonal 10**
- Bairros/Comunidades: Conquista e Alto Resistência.
- Área: 307.491m²
- População: 2.287 habitantes (604 famílias)
- Renda Média Familiar: 0 a 2 salários mínimos

Figura 13 - Foto Aérea da Poligonal 10



- **Poligonal 12**

- Bairros: Ilha das Caieiras.
- Área: 117.220m²
- População: 1.553 habitantes (408 famílias)
- Renda Média Familiar: 0 a 2 salários mínimos

Figura 15 - Foto Aérea da Poligonal 12



Figura 16 – Foto Aérea da Poligonal 12



Figura 17 – Vista da Poligonal 12



2.1.5 Mecanismos para Contenção da Expansão das Áreas Ocupadas Irregularmente

Visando a estabilização das áreas, evitando novas ocupações, as diretrizes estabelecidas para o uso e ocupação/proteção das áreas foram definidas a partir dos objetivos de delimitar, desocupar e recuperar áreas de interesse ambiental e de risco, garantindo o reassentamento das famílias, a segurança da Comunidade e da Cidade, o patrimônio natural da Cidade, como também desenvolver junto aos moradores um trabalho educativo que estimule uma nova visão sócio ambiental.

O Projeto Terra contempla alguns importantes mecanismos de controle. Nas áreas de intervenção foram realizadas as seguintes ações:

- Estabelecimento do limite da ocupação urbana, preservando as áreas de interesse ambiental - AIA e áreas de preservação permanente - APP e intervindo para a diminuição ou eliminação das áreas de risco;
- Demarcação, reflorestamento e enriquecimento da vegetação e do paisagismo de algumas áreas de interesse ambiental e áreas de preservação permanente - APP de risco;
- Fiscalização das áreas sob proteção legal, para a manutenção da boa qualidade ambiental e o uso racional e restrito dos recursos naturais;
- Formação de equipes urbanística e ambiental de fiscalização preventiva, em parceria com as Organizações Sociais e Moradores, para não ocupação da área delimitada;
- Demarcação das áreas destinadas aos Parques Municipais, tais como, São Benedito e Mangue Seco.

Estão sendo propostas, ainda, as seguintes ações na Poligonal 1:

- Implantação de barreiras de proteção nas áreas de proteção ambiental além de execução de obras civis e de reflorestamento para contenção do solo e de áreas sujeitas à riscos de deslizamentos;

- Estabelecimento de legislação específica para as áreas de assentamentos anormais, através da reformulação do Plano Diretor Urbano – PDU.

2.1.6 Projeto de Participação Comunitária

O Programa Terra apresenta-se como um grande desafio para a cidade e para a estrutura administrativa Municipal e lideranças locais, uma vez que, além de investir na reversão do processo de exclusão social, visa melhorar e promover a qualidade de vida e a melhoria das condições sociais de 84.391 habitantes e 22.850 domicílios, nas 15 áreas de abrangência, denominadas de Poligonais.

A execução do Projeto Terra permitirá avanços significativos nas transformações sociais e urbanas, na ampliação, fortalecimento do processo contínuo de desenvolvimento, além do compromisso das lideranças e suas organizações na implementação efetiva da participação das comunidades.

Nessas áreas, vários serviços, ações e obras públicas e privadas estão sendo realizados e potencializados para sanar problemas de urbanização, habitação, atendimentos sociais, preservação ambiental e regularização fundiária.

O Projeto Terra, através de ações integradas junto com as Secretarias afins, vem desenvolvendo e implementando projetos que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dos moradores da área objeto de intervenção.

2.2. Sub-Programa 2 – Revitalização do Centro

O Sub-Programa Revitalização do Centro de Vitória tem como objetivo reverter o processo de esvaziamento e degradação física do Centro, recuperando e incentivando as atividades econômicas, requalificando os espaços públicos com iniciativas culturais, incentivando o uso habitacional, resgatando a sua imagem e o seu potencial histórico cultural.

Atualmente, o gerenciamento da Revitalização do Centro de Vitória fica a cargo da equipe técnica da Coordenação de Revitalização Urbana da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, que desenvolve e coordena a implementação dos projetos integrados.

Estratégias de Revitalização do Centro de Vitória

- Desenvolver um planejamento urbano integrado para a região;
- Buscar parcerias com a iniciativa privada;
- Promover a ocupação de imóveis vazios especialmente através de projetos habitacionais, buscando linhas de financiamento com Caixa Econômica Federal e Bandes;
- Promover parcerias com o IPHAN, UFES e IPES para o tombamento do traçado urbano do sítio histórico da Cidade Alta;
- Criação de um fórum específico para discussões do Programa de Revitalização do Centro;
- Implantar política de incentivos fiscais relativamente ao IPTU, ao ITBI e à ISSQN (Leis 5.210/2000 e 4.476/1997 e Decretos 10.305/2000 e 12.909/2006).
- Criar indicadores que meçam a evolução da Revitalização do Centro;

- Transferir os ambulantes das ruas do Centro visando a melhoria da qualidade de vida;
- Implantar atividades de turismo, lazer e eventos, e o Terminal de Passageiros de Cruzeiros Marítimos, compatibilizando-os com as atividades portuárias existentes;
- Campanhas de conscientização: Roteiro Histórico, cartilhas para crianças, Um Toque na História, Memória do Futuro;
- Elaboração de página na Internet sobre o Programa de Revitalização do Centro;

O Sub-Programa – Revitalização do Centro de Vitória, no âmbito do Pró-Cidades é composto pelas seguintes ações:

- Reurbanização da Avenida Jerônimo Monteiro e da Praça Costa Pereira;
- Reurbanização dos acessos à Cidade Alta;
- Recuperação de imóveis de interesse de preservação histórico-cultural;
- Elaboração de um Plano de Dinamização Econômica e Habitacional, que irá integrar um conjunto de estudos e diagnósticos, e deverá indicar uma estratégia global de promoção do potencial econômico e habitacional do Centro de Vitória, elencando um conjunto de ações e projetos concretos;
- Implantação de um projeto piloto indicado pelo Plano de Dinamização Econômica e Habitacional.

O Projeto de Revitalização da Av. Jerônimo Monteiro compreende uma série de ações de recuperação, sendo as mesmas:

- Recuperação da Praça Costa Pereira (mobiliário urbano, calçamento, paisagismo, entorno imediato, enterramento da fiação aérea, entre outros)
- Recuperação de calçadas
- Recuperação de Prédios Históricos,
- Recuperação de Escadarias
- Enterramento da fiação aérea de telefonia e de energia elétrica
- Padronização de letreiros, publicidade, entre outros.

Figura 18 – Situação Atual da Av. Jerônimo Monteiro



Figura 19 – Trecho da Av. Jerônimo Monteiro Objeto de Intervenção

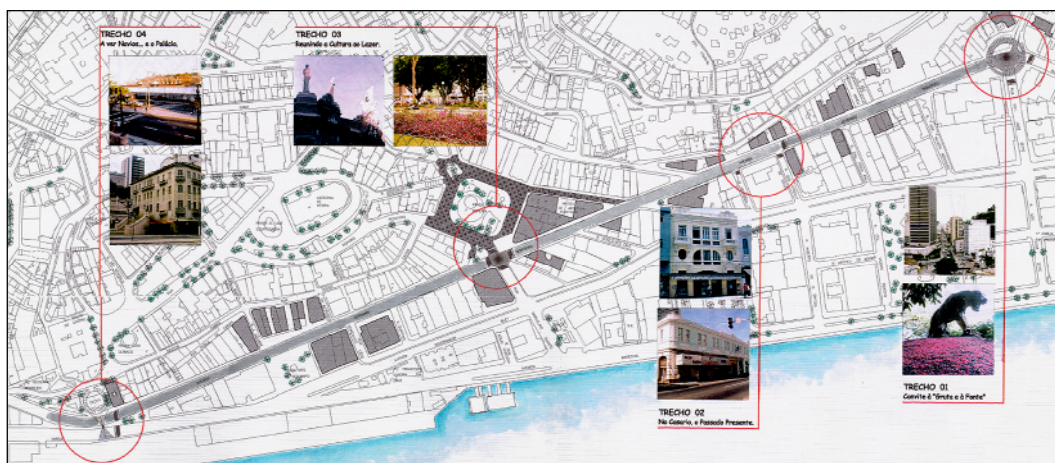


Figura 20 – Exemplo de croquis de Intervenção na Av. Jerônimo Monteiro

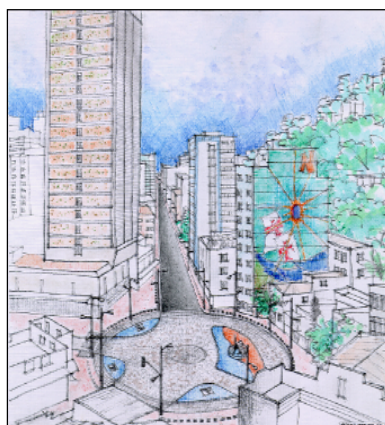


Figura 21 – Exemplo de croquis de Intervenção



Figura 22 – Exemplo de croquis de Intervenção

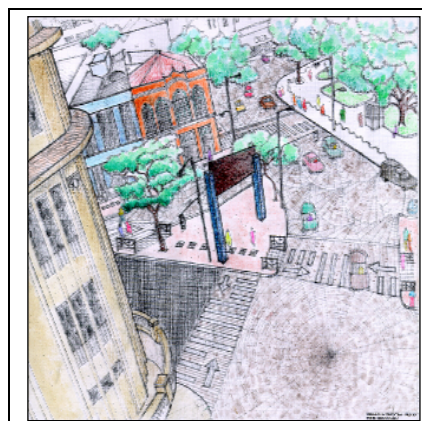


Figura 23 –Exemplo de croquis de Intervenção



Figura 24 – Exemplo de Detalhe de Projeto

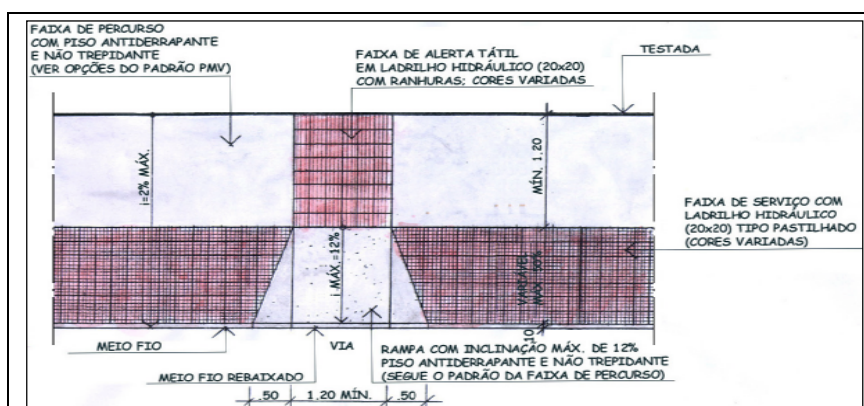


Figura 25 – Exemplo de Detalhe de Projeto

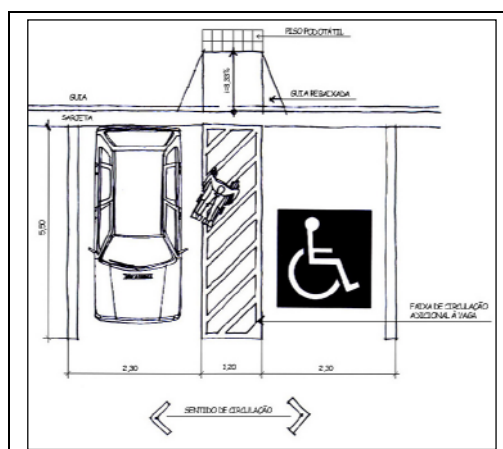


Figura 26 – Exemplo de Detalhe de Projeto



2.3 Sub-Programa 3 – Macrodrenagem

Objetivos Gerais

Diminuir os riscos referentes à saúde pública, no que tange às doenças transmissíveis por veiculação hídrica durante enchentes; melhorar o tráfego nas épocas das chuvas, e, reduzir riscos de comprometimento operacional dos empreendimentos de saneamento e de infra-estrutura que existentes na Cidade.

Objetivos Específicos

- Implantar a estação de bombeamento de águas pluviais Rua Cândido Portinari:
- Galerias nos bairros:
Bairro Santa Luiza – Rua José Farias – Trecho 1:
Bairro Santa Luiza – Rua Cândido Portinari e José Farias – Trecho 2
- Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana

Figura 27 – Detalhe de Projeto



Necessidade de Implantação

A prioridade para implantação da estação de bombeamento de águas pluviais da Rua Cândido Portinari foi estabelecida em função de motivações técnicas, desenvolvimento econômico e social característicos do Município de Vitória, cujos aspectos sucintos estão descritos abaixo.

Motivações Técnicas

Ocorrência de enchentes, cujos efeitos são agravados pela configuração topográfica peculiar do município, uma vez que grande parte do mesmo é constituída por ilhas com relevo bastante acidentado e partes planas próximas ao nível do mar.

A estação de bombeamento, localizada topograficamente na parte mais baixa da sub bacia de Maruípe, reduziria os problemas das enchentes em cerca de 28% da área urbanizável da Ilha de Vitória. Representa medida estrutural a ser implantada em curto prazo.

Motivações de Desenvolvimento Econômico

Importantes empreendimentos estão sendo implantados no Município de Vitória e adjacências, tais como ampliação do aeroporto, Companhia Siderúrgica Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce e rede Hoteleira, bem como implantações de unidades de negócios e operacional da Petrobrás e varias outras empresas.

Ressaltam-se também os investimentos em implantação de sistemas de esgotamento sanitário que acarretarão melhorias na balneabilidade de nossas praias e certamente incrementarão o turismo local.

Neste contexto, esta elevatória eliminará o risco de comprometimento operacional dos empreendimentos anteriormente citados.

Motivações Sociais

Os prejuízos econômicos causados principalmente à população residente nas áreas mais desfavoráveis vêm ao longo dos anos acarretando crescente revolta popular de nossos munícipes.

Este efeito é agravado pela exposição de risco de saúde pública que situações de enchentes sempre acarretam.

População Diretamente Beneficiada

A população diretamente beneficiada pelo empreendimento corresponde aproximadamente a 50.000 habitantes e abrange os bairros de Maruípe, Praia do Sua, Santa Luiza, Praia do Canto, Barro Vermelho, Andorinhas e Itararé.

Síntese do Projeto

A estação de bombeamento de águas pluviais da Rua Cândido Portinari é composta principalmente por um sistema principal constituído de 05 conjuntos moto-bombas de 400 CV cada e um sistema auxiliar constituído de 03 conjuntos moto-bombas de 7,5 CV cada.

A vazão máxima de recalque corresponde a 28 m³/S e este limite é atingido por um sistema de automatismo que promove o acionamento dos conjuntos moto-bombas na razão direta das intensidades de chuvas.

O sistema contempla também um conjunto de comportas automatizadas que promovem a interface entre a estação de bombeamento e a baía.

Projeto

Existe projeto executivo elaborado no ano de 1999. Contudo considerando o tempo decorrido, bem como necessidades de aprimoramentos, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV está viabilizando contratação de revisão do projeto, cuja data prevista para conclusão é novembro/2006.

Figura 28 - Foto de Inundação - Avenida Leitão da Silva – junho 1999



Figura 29 - Foto de Inundação Av. Leitão da Silva – outubro 2004



Figura 30 - Foto de Inundação Av. Maruípe – janeiro 2005



2.4 Fortalecimento Institucional

Objetivo Geral

Instrumentalizar a Administração Municipal através da compatibilização e harmonização das Políticas Públicas, especialmente voltadas para o apoio ao Programa de Transporte e Mobilidade Urbana, apoio ao Programa de Inclusão Digital - Rede Metrovix – e ainda o apoio às atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM -

Objetivos Específicos

Contribuir com estudos e projetos na implantação dos mecanismos de melhoria da mobilidade urbana, com a priorização do transporte coletivo além de melhoria da segurança no trânsito.

Instrumentalizar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM – através da compra de equipamentos e implantação de novas rotinas dinamizadoras de atividades.

Integrar-se à Rede Metropolitana para Educação e Pesquisa (REDECOMEP) que, como iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), tem como objetivo implantar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país atendidas por Pontos de Presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. A iniciativa, coordenada pela RNP, possui como premissa a implantação de uma infra-estrutura óptica própria, interligando instituições de pesquisa e ensino superior.

2.5 – Subprograma 5 – Despesas Administrativas

Objetivo Geral - Fornecer suporte administrativo ao PROCIDADES através de ações de apoio ao Gerenciamento Social do Programa, exigido no Subprograma 1 - Urbanização de Favelas, além da Instrumentalização da Administração Municipal, incluindo o apoio ao Gerenciamento do Programa e Supervisão de Obras.

3. DETALHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto

3.1.1 Desapropriação

As desapropriações previstas no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória estarão restritas às áreas operacionais necessárias à ampliação da infra-estrutura urbana, além das relacionadas à implantação da estação de integração de Estrelinha/ Inhanguetá, implantação de equipamentos públicos e ao reassentamento de famílias que se encontram em áreas de risco ou de interesse ambiental e APP. Essas áreas somente poderão ser definidas após a elaboração dos projetos de urbanização e dos respectivos estudos ambientais. Mesmo com essas situações, espera-se que essas desapropriações não interfiram no desenvolvimento normal do programa.

3.1.2 Reassentamento de Famílias

A remoção e o reassentamento de famílias compreenderão somente às necessárias para implantação de equipamentos públicos, ordenamento do sistema viário, bem como a desocupação de áreas de risco e de preservação ambiental.

3.1.3 Atos Legais

Foi aprovado, recentemente, na Câmara, o novo Plano Diretor de Vitória, através da lei nº 6705/2006.

3.2 Ações previstas

3.2.2 Sub-Programa 2 – Revitalização do Centro

3.2.2.1 Reurbanização da Avenida Jerônimo Monteiro e Praça Costa Pereira

A proposta de reurbanização da Avenida Jerônimo Monteiro e do entorno da Praça Costa Pereira tem por objetivo resgatá-la enquanto marco da urbanização da cidade de Vitória, especialmente de sua área central.

Vislumbra-se retomar para esse importante local da cidade a qualidade arquitetônica e urbanística que foi sendo perdida ao longo de sua história, através de sua requalificação física, que proporcionará sua revalorização sócio-econômica e cultural.

Nesse sentido, a recuperação dos imóveis de interesse de preservação presentes na avenida, a criação de marcos visuais que valorizem sua história, bem como o estímulo ao pedestre para circular, passear e comprar, proporcionando o acesso de pessoas portadoras de deficiência, foram premissas adotadas pelo projeto.

Novos postes, agora com fiação enterrada, tirando os “riscos das fachadas”, os fios que prejudicam a estética das fachadas do conjunto de edificações ecléticas da avenida mais movimentada do centro da cidade.

Promover um controle adequado para a publicidade, de modo a preservar e valorizar as edificações, sendo fonte de informação e não poluição visual é fundamental.

Busca-se readequar todo mobiliário urbano, com novo design e funcionalidade. A Avenida Jerônimo Monteiro pode ser o início de um processo de padronização dos equipamentos e mobiliário urbano do Centro da Cidade, servindo como estímulo e laboratório para futuras intervenções, que com certeza virão.

A história da Avenida Jerônimo Monteiro deverá ser retomada através de marcos referenciais em alguns pontos específicos durante o percurso. Foram eleitas 5 (cinco) áreas que merecem uma atenção especial por seus valores históricos e simbólicos.

Enfim, o objetivo do Projeto de Reurbanização da Avenida Jerônimo Monteiro é torná-la um local agradável, valorizando sua história e requalificando-a, tanto em termos urbanísticos como culturais, proporcionando uma maior apropriação dos espaços urbanos e arquitetônicos e incentivando a permanência e o retorno das atividades econômicas que sempre a identificaram como eixo de desenvolvimento da cidade.

3.2.2.2 Reurbanização dos acessos à Cidade Alta

Para que a reurbanização não aconteça apenas linearmente, propõe-se que posteriormente à implantação do projeto da Avenida Jerônimo Monteiro sejam reurbanizadas as vias que ligam a avenida à Cidade Alta, unindo seu percurso ao percurso das escadarias.

No início do século XX, algumas das antigas ladeiras estreitas íngremes que ligavam a Cidade Alta à parte baixa, foram transformadas em belas escadarias integrando as duas áreas dentro dos princípios estéticos da época.

3.2.2.3 Recuperação de imóveis de interesse histórico-cultural

O estímulo à recuperação dos imóveis junto aos proprietários e o envolvimento destes no processo é de extrema importância para a concretização da proposta. Acreditamos que a recuperação arquitetônica dos imóveis passa, a priori, pela recuperação econômica, social e cultural do centro e de toda a sua área periférica.

Como ação para preservação destes imóveis dentro do Projeto de Reurbanização da Avenida Jerônimo Monteiro, visando a melhoria da qualidade estética e ambiental da arquitetura suporte da memória coletiva da Cidade, a Prefeitura recuperará suas fachadas em parceria com os seus proprietários.

Justificada pelo interesse público inserido nesta ação, a Prefeitura de Vitória custeará a mão-de-obra e o proprietário todo o material necessário para a recuperação total da edificação. Nos períodos seguintes, o proprietário poderá investir um pequeno montante apenas com a pintura das fachadas, tendo como incentivo a isenção do IPTU.

Calculamos que dentre os 52 imóveis existentes ao longo da avenida, 20, destes poderão aderir ao programa, estimando-se a recuperação de 6.000 m² de área de fachadas incluindo reboco, adornos, cantarias e esquadrias.

3.2.2.4 Plano de Dinamização Econômica e Habitacional e ação piloto

Este plano deverá integrar um conjunto de estudos e diagnósticos e deverá indicar uma estratégia global de promoção do potencial econômico e habitacional do Centro de Vitória, elencando um conjunto de ações e projetos concretos. Deve buscar formas de ampliar a participação do setor privado na dinamização econômica e habitacional numa perspectiva de sustentabilidade.

São objetivos específicos do plano:

- Identificar medidas para recuperação do estoque habitacional ocioso;
- Implementar política de manutenção dos edifícios ocupados, seja habitacionais, comerciais ou misto;
- Considerar e identificar outros edifícios com potencial para ampliar o estoque habitacional;
- Avaliar a pertinência de empreendimentos existentes ou novos, propostos para o Centro e sua capacidade de geração de emprego e renda, especialmente para os moradores da região;
- Analisar o impacto de possíveis novos empreendimentos na região;
- Indicar mecanismos para a minimização dos movimentos pendulares, como alternativa para melhoria da mobilidade urbana e sustentabilidade econômica;
- Recomendar tipologias habitacionais adequadas;
- Integrar às ações e projetos que façam parte de outros programas do município;
- Integrar às ações e projetos que façam parte de outros subprogramas do PROCIDADES;
- Recomendar ajustes e/ou novos programas de financiamento;
- Recomendar novas formas de associação para promoção habitacional;
- Definir uma estratégia para o uso cultural adequado do Centro, para os seus moradores, da cidade, da região metropolitana e turistas;
- Priorizar a atração da população jovem;
- Indicar novos usos e vocações econômicas, bem como mecanismos de fomento;
- Identificar e qualificar as atividades econômicas relevantes para a dinamização econômica do Centro;
- Recomendar instrumentos e ações específicas para imóveis de interesse histórico-cultural;
- Equacionar a questão do estacionamento associada à dinamização econômica e habitacional;
- Considerar os impactos sócio-econômicos associados à dinamização econômica e habitacional;
- Propor legislação específica para dinamização do setor habitacional;
- Propor instrumentos e legislação específica para dinamização econômica;
- Identificar e propor a(s) ação (ões) piloto que tem como objetivo dar início à implementação do plano.

3.2.2.5 CTA - Controle de Tráfego por Área

Este item envolve a implantação de 80 novos controladores Semafóricos e laços de contagem e do centro de controle de tráfego – CTA.

3.2.2.6 Fiscalização Eletrônica da Operação e Sistema de Informação do SMTC

Este item se refere a implantação do controle da oferta com a utilização do sistema de rastreamento de veículos utilizando a tecnologia GPRS (General Packet Radio Service - Serviços Gerais por Pacotes de Rádio) que rastreia e gerencia frotas de ônibus. O sistema integra as tecnologias GPS (Global Positioning System) e GPRS. Através da tecnologia GPS a localização exata do veículo é identificada. O GPRS faz a transmissão dessa informação até a central de monitoramento. O sistema transmite via celular GSM (Global System for Mobile Communications – Sistema Global para Comunicações Móveis) a posição obtida do GPS e localiza o ônibus em uma base digital da cidade instalada na central de monitoramento.

O programa de monitoramento rastreia e controla as rotas estabelecidas a partir de pontos de controle pré-determinados e da programação horária prevista. Com o software é possível saber a localização em tempo real do veículo e se ele está realmente cumprindo sua rota como determinada na programação.

Esta tecnologia permite identificar aspectos operacionais da seguinte ordem:

- Localização geo-referenciada do veículo em tempo real;
- Atrasos e adiantamentos dos veículos em relação aos pontos de controle;
- Horários de passagens do veículo nos pontos de controle;
- Tempo de parada dos veículos durante o percurso;
- Avaliação da distância percorrida pelo veículo;
- Avaliação do tempo de parada do veículo nos pontos e em terminais;
- Avaliação do ônibus que não pára no ponto;
- Utilização de percursos alternativos;
- Comportamento do veículo em possíveis acidentes;
- Quebra do veículo durante a viagem.

Associado a este sistema será implantado um sistema de informação ao usuário, contendo central de atendimento e painéis de informação, em tempo real, nos terminais e pontos de parada.

3.2.2.7. Fiscalização eletrônica de velocidade

Este item refere-se a implantação na vias do município de instrumentos eletrônicos para fiscalização e controle de velocidade em 20 trechos.

3.2.2.8. Outras ações de incentivo e recuperação das atividades econômicas da área central:

Também fazem parte do escopo desse programa como os incentivos fiscais (isenção de IPTU e redução de ISS) e instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento (Operação urbana consorciada).

3.2.3 Sub-Programa 3 – Macrodrenagem

3.2.3.1 Estação de bombeamento de águas pluviais da Rua Cândido Portinari

Será compostos principalmente por um sistema principal constituído de 05 conjuntos moto-bombas de 400 CV cada, e um sistema auxiliar constituído de 03 conjuntos moto-bombas de 7,5 CV cada.

A vazão máxima de recalque corresponde a 28 m³/S e este limite é atingido por um sistema de automatismo que promove o acionamento dos conjuntos moto-bombas na razão direta das intensidades de chuvas.

O sistema contempla também um conjunto de comportas automatizadas que promovem a interface entre a estação de bombeamento e a baía.

3.2.3.2 Construção de Galerias

Bairro Santa Luiza – Rua José Farias – Trecho 1

Construir uma galeria pluvial ao longo da Rua José Farias, para lançamento final das águas pluviais captadas no Canal da Passagem.

A galeria foi projetada para uma capacidade de 20 mil litros por segundo, passando a largura atual de 4,50m para 7,90m e 220m de extensão, a ser executada em concreto de alto desempenho, para durabilidade da obra, em duas células.

Bairro Santa Luiza – Rua Cândido Portinari e José Farias – trecho 2:

Ampliar a galeria de drenagem ao longo da Rua Cândido Portinari e parte da Rua José Farias, com a finalidade de transportar as águas pluviais para a Estação de Bombeamento Cândido Portinari, a ser construída junto ao Canal da Passagem.

O projeto prevê o escoamento de 20.000 l/s, passando a largura atual de 4,30m para 7,90m e 340m de extensão, a ser construída em concreto e em duas células. A construção da galeria beneficiará toda a população local e do entorno, além de se constituir em captação fundamental do lançamento de drenagem pluvial da região.

3.2.4 Sub-Programa 4 – Fortalecimento Institucional

Este subprograma está estruturado de forma a possibilitar ao longo da implantação do Projeto a instrumentalização da Administração Municipal, além da compatibilização e harmonização de políticas públicas através de ações voltadas para o apoio ao Programa de Transporte e Mobilidade Urbana, apoio ao Programa de Inclusão Digital - Rede Metrovix – e ainda o apoio às atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

- ***Instrumentalização da Administração Municipal***

Contempla as seguintes atividades principais:

- Modernização do Planejamento e da Gestão do Gasto Público Municipal. Inclui:
 - Modernização do processo do planejamento estratégico;
 - Modernização do processo e dos instrumentos de planejamento operacional e de orçamentação;
 - Modernização dos sistemas de gestão interna e de controle;

- Implantação de sistemas e mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas, planos, programas e projetos públicos.

- Gestão de Recursos Humanos: capacitação e treinamento, além de modernização do sistema de recrutamento e de administração de pessoal.
- Tecnologias de Informação: Apoio à adoção de recursos tecnológicos de informação consistentes com o imperativo de modernizar e tornar mais transparente a gestão do município.

- ***Compatibilização e Harmonização de Políticas Públicas***

Desdobra-se em três grandes linhas de ação:

- Políticas Tarifárias;
 - Provisão de Serviços Públicos;
 - Definição do modelo de gestão na prestação de serviços públicos.
- ***Apoio à Administração Municipal na Implementação de suas Legislações e de Regulação Econômica dos Serviços Públicos***

As ações previstas correspondem a apoio à administração municipal no intuito de promover a criação, a regulamentação e a implementação de suas legislações em nível municipal.

Paralelo a essa atividade, serão promovidas ações no sentido de viabilizar a implementação de regulação econômica dos serviços públicos municipais, englobando toda a área de projeto;

4 . AÇÕES PREVISTAS NO SUBPROGRAMA 1

A Tabela 8 apresenta as ações previstas dentro do Sub-Programa 1 – Urbanização de Favelas - Projeto Terra.

Tabela 8 – Ações Previstas no Subprograma 1

METAS FÍSICAS		
Item	Unidade	1ª ETAPA (*)
HABITAÇÃO		
Reassentamento	un	383
Módulos Hidráulicos	un	163
Melhorias Habitacionais	un	895
URBANIZAÇÃO		
Abastecimento de Água/ Reservatório	M3	2.266
Rede	m	39.755
Ligações Domiciliares	un	4.934
Esgotamento Sanitário		
Rede	m	75.354
Ligações Domiciliares	un	5.435
Rede de Drenagem	m	30.524
Pavimentação/Obras Viárias		
Abertura de Vias	m	5.351
Escadarias/ Becos	m	11.728
EQUIPAM. COMUNITÁRIOS		
Escolas	un	6
Unidade de Saúde	un	4
Parques Praças e Jardins	M2	18.377
AÇÕES APOIO AO DESEN. COMUNITÁRIO	fam	8.242
PLANOS E PROJETOS	polig.	9
APOIO GERENCIAL		
PROTEÇÃO AMBIENTAL		
Reflorestamento	ha	8,60
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		
Desapropriações	imov.	836
Topografia, cadastramento e título	fam	10.572

(*) 50% de P1, P2 e P3 + P4, P5, P8, P10, P11 e P12

5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

5.1 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

5.1.1 Dados Gerais do Município

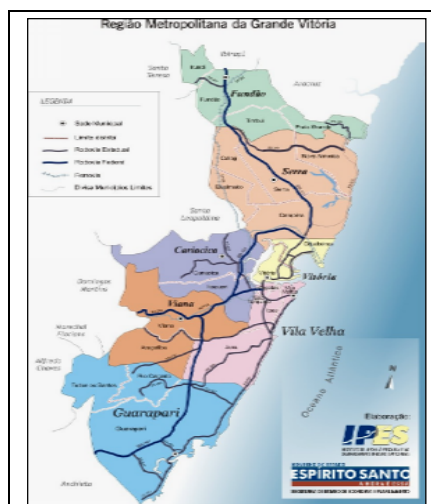
Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, é a principal ilha de um arquipélago de 34 ilhas e o centro da Região Metropolitana da Grande Vitória, formada também pelos municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana, Serra e Guarapari e Fundão.

A cidade de Vitória é o centro da área metropolitana de mesmo nome e tem, segundo o Censo de 2000, 292.304 habitantes, ampliado para 309.507 em 2005 conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o que representa aproximadamente 9,4% da população total do Estado do Espírito Santo.

Figura 31 - Localização da Cidade de Vitória



Figura 32 - Localização da Cidade de Vitória em Relação à Região Metropolitana



A taxa de crescimento geométrico anual apresenta variação positiva, passando de 1,36% ao ano na década de 90 para 1,44% ao ano no período de 2000 a 2004 (Fonte: IBGE).

Vitória apresenta Densidade Demográfica elevada, sendo de 3.250,4 habitantes por km² no ano de 2004 (IBGE).

A cidade de Vitória ocupa parte do continente, totalizando 88 km² de área. Principal cidade da Região Metropolitana (composta ainda por outros seis municípios, abrigando cerca de 1,5 milhões de habitantes, ou cerca de 40% dos moradores do Espírito Santo), a capital possui população flutuante de 600.000 habitantes, dada a especialização de suas atividades terciárias.

Atividades portuárias ligadas ao comércio exterior – localizam-se em Vitória 3(três) dos 6 (seis)portos capixabas - e o destaque na produção de serviços caracterizam a economia da cidade, que concentra 29% da renda estadual. Das 150 maiores empresas do Estado, 52 estão em Vitória.

5.1.2 Aspectos Fisiográficos

Vitória localiza-se nas Baías de Vitória e do Espírito Santo, que lhe conferem litoral acidentado com a presença de ilhas, costões, enseadas, pontas e praias de grande recurso paisagístico e potencial turístico. Constitui-se ainda de 2 porções distintas. A Ilha de Vitória, centro do arquipélago costeiro formado por 24 ilhas, e o distrito de Goiabeiras, parte continental do Município.

A composição fisiográfica e biológica também são distintas nas duas porções. A Ilha de Vitória, parte do complexo cristalino da Serra do Mar é de relevo acidentado, fortemente ondulado, de composição granítica e ígnea, de solos rasos com afloramentos do lençol freático e afloramentos rochosos. A segurança desses solos é dada pela cobertura vegetal característica da Mata Atlântica, vegetação da Serra do Mar, restinga litorânea e plantas cherófitos típicas de manguesais, scrub lenhoso Atlântico característico da Região Sudeste. A configuração fisiográfica vem sendo moldada ao longo de milhões de anos por processos térmicos, químicos biológicos e intempéries, associados mais recentemente e, mais aceleradamente, pela ocupação antrópica dos solos minícpes.

A área continental de formação mais recente é constituída de sedimentos marinhos e estuários recobertos de vegetação de mangues característicos das baixadas sedimentares do quaternário das regiões tropicais e sub-tropicais.

A Mata Atlântica e seus ecossistemas litorâneos criam um complexo mosaico de riqueza ecológica e paisagística, e que os habitantes de Vitória ocuparam e remodelaram devendo, no entanto, ser preservados e manejados dentro das suas capacidades de suporte, assegurando a perpetuidade das espécies e a conservação dos recursos naturais para essa e as futuras gerações de vida, em todas as suas formas.

5.1.3. Aspectos Econômicos, Sociais, Históricos e Culturais Aspectos Econômicos

A industrialização do Estado concentrou-se na região da Grande Vitória. Este processo foi acompanhado de rápido crescimento demográfico, tanto que a maior parte da população do estado localiza-se, hoje, na região.

A Grande Vitória é caracterizada como um centro industrial-exportador, concentrando as atividades portuárias, de comércio e serviços correlatos, principalmente as relacionadas ao comércio exterior. É na região que o complexo logístico exportador se integra com uma moderna estrutura comercial e industrial e com o sistema financeiro.

A economia de Vitória está dentro desse contexto sendo determinada, principalmente, pelas atividades industriais e comerciais do seu entorno, realizadas por meio do complexo portuário da Grande Vitória (Tubarão, Vitória, Praia Mole e Vila Velha) e de outros portos localizados nas adjacências (Regência, Portocel e Ubu) e do Corredor Centro-Leste. Como suporte dessas atividades, vem sendo implementada moderna infra-estrutura retro-portuária, a exemplo de Terminais Inter-Portuários (TERVIX e TECNCRÃOS), Estações Aduaneiras Interior (COIMEX, TERCA e SILDIEC) e Terminais Industriais Multimodais (TIMS).

A Grande Vitória possui ainda uma estrutura industrial bastante diversificada, destacando-se por sediar empresas de expressiva participação na indústria nacional (CVRD, CST, GAROTO, BRASPEROLA).

O Parque industrial de Vitória, excluída a CVRD, é composto basicamente por indústrias de construção civil, dos setores metal-mecânico, de material elétrico e de comunicação, indústrias de reparos e as indústrias tradicionais de vestuário, calçado e alimentícia.

É no setor terciário, entretanto, que a vocação econômica de Vitória se concretiza no oferecimento de serviços de comércio exterior, de agronegócios e serviços públicos e privados.

Vitória vem se consolidando como integrador da socioeconomia da Grande Vitória e do Estado assumindo as funções típicas de Metrópole e constituindo-se mais que um espaço de moradia, um espaço de captação e de retenção de renda.

Para consolidação desse papel, é necessário aprimorar os serviços portuários e correlatos de comércio, de comunicação, de transporte de passageiros e cargas, de serviços públicos essenciais e principalmente, a criação de espaços culturais e de lazer, com vistas ao atendimento da população residente e circulante, ao desenvolvimento do turismo e à criação de novos postos de trabalho.

Aspectos Sociais

A ordem social brasileira tem como primado o trabalho e como objetivo o bem estar, a paz e a justiça sociais.

O bem estar social envolve qualidade de vida e conseqüentemente, a qualidade ambiental.

A melhoria da prestação de serviços e da qualidade de vida no período de 1988 a 2004 pode ser verificada pelos moradores, mesmo sem a abrangência desejável e necessária, e por diferentes indicadores a exemplo:

- IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, levantado pelo IPEA com apoio da Fundação João Pinheiro - quarta colocada entre as capitais brasileiras e 18ª no ranking nacional;
- capital com maior índice de satisfação com os serviços públicos, 69% em levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas;
- a primeira capital do país em Índice de desenvolvimento Infantil - IDI, indicador medido pela UNICEF, e
- considerada em 2001 a melhor capital para crianças de zero a seis anos morarem.

O contraponto e limite maior para o poder local são os índices de violência, em especial para a população de jovens na faixa etária de 14 a 25 anos.

Uso e Ocupação do solo/moradia

Em torno de 60% da população economicamente ativa de Vitória tem renda de até 3 salários mínimos. Se incluirmos nesse percentual a população desempregada, temos um grande contingente populacional em condições extremamente desfavoráveis para a execução da obra coletiva, qual seja proteger e recompor o meio ambiente e propiciar às gerações atuais e, às próximas, melhores condições de vida, deixando-lhes como herança um patrimônio ambiental adequado e equilibrado. Essa obra coletiva envolve ricos e pobres, cultos e analfabetos, pessoas físicas e jurídicas e, especialmente, os órgãos executivos. Entretanto, o desafio da proteção ambiental é maior para os que vivem em condições de pobreza pois é exigido deles além de sobrevivência, a proteção dos recursos ambientais (dever de todos).

Essa população, de um lado, pressiona os espaços ambientalmente sensíveis, protegidos ou não e, de outro lado, demanda por políticas públicas de atendimento, voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

Com déficit habitacional de mais de 29.000 unidades, para um total de 76.000 domicílios, constata-se a pressão social por uso e ocupação do solo, regular ou irregularmente.

Para o acesso à moradia, incumbe-se o Poder Público da localização de empreendimentos habitacionais em áreas infra-estruturadas, integradas à malha urbana, que possibilitem uma vida digna e acessibilidade aos locais de trabalho, serviço e lazer.

Saúde

O direito à saúde pressupõe nível de vida, com condições dignas de trabalho e renda, alimentação, moradia, educação, saneamento básico, assistência médica e odontológica (preventiva e curativa), segurança e proteção, transporte e lazer, além de respeito ao meio ambiente sadio e ao controle da poluição ambiental.

Para assegurar a efetividade desses direitos o Poder Público e os cidadãos se inserem em processos de melhoria da qualidade de vida e de integração entre as políticas de conservação da natureza e de desenvolvimento da cidade.

Meio ambiente e saúde são temas intrinsecamente relacionados. Meio ambiente saudável e equilibrado é principal ingrediente da boa saúde de uma população. Ocorrendo o contrário, a saúde da população estará afetada. Isto porque a maioria das doenças ou são veiculadas através dos recursos ambientais (água e ar, principalmente) ou são decorrentes de situações inadequadas, inexistência ou insuficiência de alimentação, moradia, educação, trabalho, transporte, lazer e saneamento básico.

Toda a população é atingida pela poluição ambiental, principalmente pela poluição veiculada através de emissões atmosféricas, resíduos líquidos, resíduos sólidos e ruídos.

As populações de maior risco sob o aspecto de saúde, entretanto, são aquelas menos favorecidas quanto ao acesso aos bens e valores propiciados pela civilização.

Educação

Para os fins do tema, conceituamos educação como toda medida ou ação formal ou informal, que possam contribuir com a cultura da população e com a conscientização de todos sobre a importância e a necessidade de preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, bem como para a conciliação e equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico-urbanístico com o meio ambiente, no interesse da vida, em todos os seus aspectos.

Nesse contexto, a educação é instrumento de resgate da cidadania e base para o repensar dos padrões de consumo e das formas de uso dos recursos ambientais.

O Município abriga 137 estabelecimentos de ensino regular (pré-escolar, 1º e 2º graus), ensino técnico de nível médio (ETFES), de treinamento e capacitação profissional (SENAI, SENAC, SEBRAE) e 09 instituições de ensino superior. A UFES, a mais importante delas, oferece 34 cursos de graduação e vários cursos de mestrado e de especialização, inclusive na área ambiental. Entretanto, a tarefa de educar para o conhecimento, o uso e a preservação dos recursos ambientais é responsabilidade de todos os cidadãos e de todos os organismos da administração pública.

Esta tarefa requer ampliação do nível de conscientização do servidor público, para melhor atuação profissional e exige, também, a atuação da sociedade civil (ONG's, sindicatos, entidades profissionais e de classe, entidades populares, e da classe empresarial).

Aspectos Históricos e Culturais

Desde 1551, quando foi fundada, Vitória teve as denominações de Ilha do Mel, Ilha de Santo Antônio e Ilha de Nossa Senhora da Vitória.

1551-1900

Figura 34 - A cidade de Vitória numa gravura do século XIX